



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

| | |
|---|---------------------------|
| Processo: 201986001588 | Distribuição: 14/10/2019 |
| Número Único: 0001594-35.2019.8.25.0059 | Competência: Poço Redondo |
| Classe: Procedimento Comum | Fase: POSTULACAO |
| Situação: Andamento | Processo Principal: ***** |
| Processo Origem: ***** | |

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: ERMINIO MARTINS DA SILVA
Endereço: POVOADO LAGOA DO RIACHO
Complemento:
Bairro: ZONA RURAL
Cidade: POCO REDONDO - Estado: SE - CEP: 49810000
Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986001588

DATA:

14/10/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201986001588, referente ao protocolo nº 20191014135503419, do dia 14/10/2019, às 13h55min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE POÇO REDONDO - SERGIPE**

ERMINIO MARTINS DA SILVA, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG nº 666.575 SSP/SE e CPF nº 266.083.085-15, residente e domiciliado no Povoado Lagoa do Riacho, S/N, Zona Rural, Poço Redondo/SE, CEP 49.810-000, Tel.: (79) 99853-2555, **não possui endereço eletrônico**, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, **endereço eletrônico desconhecido**, por razões de fato e de direito a seguir delineados:

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei 1060/50, com redação dada pela lei 7510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.



DOS FATOS

No dia 19 de Junho de 2019, o Requerente conduzia o veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/CG 150 FAN ESDI, ano 2013/2014, cor azul, placa OEM-1655, CHASSI 9C2KC1680ER003335, Poço Redondo/SE, pela rodovia estadual que dá acesso ao Povoado Santa Rosa do Ermírio, quando foi abalroado por uma outra motocicleta não identificada, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, o Requerente sofreu fraturas de costelas em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar do Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar público, declarações médicas e outros), a seguradora não realizou nenhum pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT, conforme dados do sinistro anexo.

Portanto, não restou alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

DO DIREITO

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei 6.194/74:



Art. 5º **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar público, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
(...)

II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.



(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*(...) (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:

Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez. (Grifou-se).



Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Requerente, o qual será constatado por meio de exame pericial.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;
- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja a **presente ação julgada totalmente procedente, condenando a Requerida ao pagamento do seguro DPVAT pertinente, auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos**;





-
- f) A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 14 de Outubro de 2019.

José Jeovany da Silva
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



ANEXO I

QUESITOS PARA PERÍCIA

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Ermínio Martins da Silva, brasileiro,
casado, lavrador, inscrito no RG sob N. 666.575
SS/SE e no CPF sob N. 266.083.085-15, residente
e domiciliado no Paragade Lagoa do Riacho,
S/N, Zona Rural, Povoado Redondo SE, CEP: 49.810-
000.

OUTORGADO: José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o nº 12.367 e na OAB/SE, sob o nº 889-A, CPF sob o nº 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, nº 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

FINALIDADE: propon ações de cobrança.

N.ª Sr. da Glória/SE, 08 de Outubro de 2019

x Ermínio Martins da Silva
Assinatura



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Declarante: Erminio Martins da Silva, brasileiro, la-
gado lavrador inscrito no RG sob N. 666.575
SSP/SE e no CPF sob N. 266.083.085-16, residente
e domiciliado no povoado Lagoa do Riacho
3/II, Zona Rural, Povoado Redondo/SE, CEP: 49810-
000.

Declara, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da "Gratuidade da Justiça", que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

N.ª da Glória/SE, 08 de Outubro de 2019

Erminio Martins da Silva
Assinatura



ERMINIO MARTINS DA SILVA
POV LAGOA DO RIACHO, S/N / ASST ANA PATRICIA - AREA RURAL
POCO REDONDO / SE CEP 48810000 (AG 430)

Ligação MONOFÁSICO
Cis/Sbc RES MTC B1 / RESIDENCIAL - BAIXA RENDA
Roteiro: 13 - 450 - 440 - 1504 Referência: Jun / 2019
Medidor N5029552423 Emissão: 19/06/2019

energisa
ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa
Aracaju / SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc Est 270.767.436
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 014.617.115
Cód. para Deb. Automático: 00010481398

Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesse: www.energisa.com.br

| Conta referente a | Apresentação | Data prevista da próxima leitura | CPF/ CNPJ/ RANI |
|-------------------|--------------|----------------------------------|----------------------------|
| Jun / 2019 | 19/06/2019 | 22/07/2019 | 266.093.095-15 Insc Est |

UC (Unidade Consumidora): 3/1048139-8

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.436, de 26 de abril de 2002.

| Anterior | Atual | Constante | Consumo | Dias |
|------------------|-----------------|------------------|-----------------|------|
| Data 21/05/19 | Leitura 1151 | Data 19/06/19 | Leitura 1204 | 1 |

| Demonstrativo | | | | | | | | | |
|---|-------------------------------|------------|----------|----------------------|-------------|----------------|---------------------------------------|-----------|--------------|
| CCI | Descrição | Q. Unidade | Tarifa | Valor Base (R\$) | Alig. (R\$) | Impostos (R\$) | Base Calc. (R\$) | Por (R\$) | Cotize (R\$) |
| | | | | Tributos Total (R\$) | ICMS (R\$) | ICMS | Faz. Cotize (R\$) (1,0045%) (4,3665%) | | |
| 0601 | Consumo até 30 kWh-BR | 30,000 | 0,162290 | 5,84 | 0,00 | 0,00 | 5,84 | 0,00 | 0,00 |
| 0601 | Consumo - 31 a 100 kWh-BR | 38,000 | 0,322790 | 7,42 | 0,00 | 0,00 | 7,42 | 0,00 | 0,37 |
| 0601 | Adic. B. Amarela | | | 0,09 | 0,00 | 0,00 | 0,09 | 0,00 | 0,00 |
| 0610 | Subsídio | | | 16,58 | 0,00 | 0,00 | 16,58 | 0,17 | 0,78 |
| LANÇAMENTOS E SERVIÇOS | | | | | | | | | |
| 0807 | CONTRIB. ILM. PÚBLICA | | | 9,78 | 0,00 | 0,00 | 9,78 | 0,00 | 0,00 |
| 0804 | JUROS DE MORA 02/2019 | | | 0,50 | 0,00 | 0,00 | 0,50 | 0,00 | 0,00 |
| 0804 | JUROS DE MORA 04/2019 | | | 0,18 | 0,00 | 0,00 | 0,18 | 0,00 | 0,00 |
| 0804 | JUROS DE MORA 05/2019 | | | 0,09 | 0,00 | 0,00 | 0,09 | 0,00 | 0,00 |
| 0805 | MULTA 02/2019 | | | 0,21 | 0,00 | 0,00 | 0,21 | 0,00 | 0,00 |
| 0805 | MULTA 04/2019 | | | 0,20 | 0,00 | 0,00 | 0,20 | 0,00 | 0,00 |
| 0805 | MULTA 05/2019 | | | 0,27 | 0,00 | 0,00 | 0,27 | 0,00 | 0,00 |
| 0899 | ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 02/2019 | | | 0,41 | 0,00 | 0,00 | 0,41 | 0,00 | 0,00 |
| 0899 | ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 04/2019 | | | 0,06 | 0,00 | 0,00 | 0,06 | 0,00 | 0,00 |
| 0906 | Devolução Subsídio | | | -14,84 | 0,00 | 0,00 | -14,84 | 0,00 | 0,00 |
| CCI: Código de Classificação do Item | | | | TOTAL | 24,81 | 0,00 | 24,81 | 0,31 | 1,43 |
| Tarifa s/ Tributos: Até 30 kWh 0,176860 | | | | Até 100 kWh 0,303160 | | | | | |

Média últimos meses (24m):

51

VENCIMENTO

27/06/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 24,81

Histórico de Consumo (kWh)

| | | | | | | | | | | | |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 15 | 32 | 52 | 50 | 59 | 87 | 53 | 80 | 80 | 57 | 42 | 51 |
| Jun/18 | Jul/18 | Ago/18 | Set/18 | Out/18 | Nov/18 | Dez/18 | Jan/19 | Fev/19 | Mar/19 | Abr/19 | Mai/19 |

RESERVADO AO DISCO

dc8f.ea82.55aa.4807.795b.4f0b.637f.ce71.

Indicadores de Qualidade 4/2019 - MONTE ALEGRE

| | Limites da ANEEL | Apurado | Limite de Tensão (V) |
|----------------|------------------|---------|----------------------|
| DIC MENSAL | 11,58 | 0,11 | NOMINAL 115 |
| DIC TRIMESTRAL | 23,19 | | |
| DIC ANUAL | 46,38 | | |
| FIC MENSAL | 2,67 | 1,00 | CONTRATADA 121 |
| FIC TRIMESTRAL | 5,34 | | |
| FIC ANUAL | 10,68 | | |
| DMIC | 8,39 | 0,11 | LIMITE SUPERIOR 121 |
| DICRI | 16,60 | | |

Composição do Consumo

| Discriminação | Valor (R\$) | % |
|----------------------------------|--------------|---------------|
| Serviços de Dist. da Energisa/SE | 4,82 | 19,83 |
| Compra de Energia | 8,38 | 25,83 |
| Serviço de Transmissão | 0,46 | 1,81 |
| Encargos Setoriais | 0,92 | 3,71 |
| Impostos Diretos e Encargos | 12,45 | 50,22 |
| Outros Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Total | 24,81 | 100,00 |

Valor do EUSD (Ref. 4/2019) R\$4,43

ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$14,04.
Atenção: A responsabilidade pela iluminação pública é da prefeitura do município.
Reajuste Tarifário - Vigência: 22/04/19-Resol. ANEEL nº2.531-Baixa Tensão 8,33% Médio
Reajuste Tarifário - Vigência: 22/04/19-Resol. ANEEL nº2.531-Alta Tensão 1,84% Médio

Faturas em atraso

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 03087.893008 01433.935176 1 79330000002481

PAGADOR: ERMINIO MARTINS DA SILVA - CPF/CNPJ: 266.093.095-15
POV LAGOA DO RIACHO, S/N / ASST ANA PATRICIA - AREA RURAL - POCO REDONDO / SE CEP 49310000

| Nosso Nr | Nr Documento | Data de Vencimento | Valor do Documento | Valor Pago |
|-------------------|-----------------|--------------------|--------------------|------------|
| 30878930001433035 | 001048139201906 | 27/06/2019 | R\$ 24,81 | |

BENEFICIÁRIO: ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA CNPJ 13.017.462/0001-63
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa - Aracaju / SE - CEP 49040-150

Agência / Código do beneficiário: 3084-3/178053-4





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE POÇO REDONDO - POÇO REDONDO - SE



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 074895/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 18/07/2019 13:37

Data/Hora Fim: 18/07/2019 13:57

Delegado de Polícia: Fabio Santos Santana

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Municipal de Poço Redondo

Data/Hora do Fato: 19/06/2019 08:00

Local do Fato

Município: Poço Redondo (SE)

Logradouro: rodovia sana Rosa do Ermirio

Bairro: Povoado Sta Rosa

CEP:49.810-000

Tipo do Local: Via Pública

| Natureza | Meio(s) Empregado(s) |
|---|----------------------|
| 1095: Auto lesão - Acidente de trânsito | Não Houve |

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: ERMINIO MARTINS DA SILVA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: SE - Poço Redondo

Sexo: Masculino

Nasc: 30/05/1960

Profissão: Agricultor

Estado Civil: Casado(a)

Nome da Mãe: Maria Senhora do Nascimento

Nome do Pai: Não Declarado

Endereço

Município: Poço Redondo - SE

Logradouro: assentamento Ana Patricia

Bairro: santa Rosa do Ermirio

CEP: 49.810-000

Telefone: (79) 99853-2555 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

| | |
|------------------------------------|---|
| Grupo Veículo | Subgrupo Motocicleta/Motoneta |
| Descrição PAS/MOTOCICLETA | CPF/CNPJ do Proprietário 266.083.085-15 |
| Placa OEM1655 | Renavam 567776174 |
| Número do Chassi 9C2KC1680ER003335 | Ano/Modelo Fabricação 2013/2014 |
| Cor AZUL | UF Veículo Sergipe |
| Município Veículo Poço Redondo | Marca/Modelo HONDA/CG150 FAN ESDI |
| Veículo Adulterado? Não | Quantidade 1 Unidade |
| Situação Envolvido | |

| Nome Envolvido | Envolvimentos |
|--------------------------|---------------|
| Erminio Martins da Silva | Proprietário |

RELATO/HISTÓRICO

NARRA o noticiante que pilotava a motocicleta de sua propriedade pela Rodovia Estadual que dá acesso ao Povoado Santa Rosa do Ermirio, quando foi abalroado por uma outra motocicleta não identificada, o seu condutor abandonou o local sem

Delegado de Polícia Civil: Fabio Santos Santana

Impresso por: Cleber Martins da Silva

Data de Impressão: 18/07/2019 13:58

Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE POÇO REDONDO - POÇO REDONDO - SE



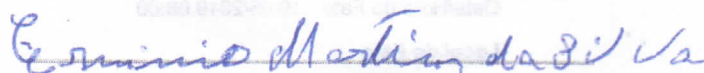
BOLETIM DE Ocorrência

Nº: 014995/2019

prestar os devidos socorros; QUE foi socorrido por populares e conduzido a UPA DONA ZULMIRA SOARES de onde foi transferido para o Hospital de Itabaiana com fraturas de costelas. É o relato.

ASSINATURAS


Jose Roberto de Melo Santos
Cleber Martins da Silva
Agente Policial
Matrícula 4712662
Responsável pelo Atendimento


Erminio Martins da Silva
(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima asseveradas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

RELATÓRIO

Delegado de Polícia Civil: Fabio Santos Santana
Impresso por: Cleber Martins da Silva
Data de Impressão: 18/07/2019 13:58
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos

DADOS DO PACIENTE

NOME: Ermindo Martins da Silva

SEXO ☐ FEM. ☒ MASC. IDADE: 59 anos ESTADO CIVIL: _____

ENDEREÇO: _____ FONE: _____

RESPONSÁVEL: _____

DESTINO DO PACIENTE: Hospita Regional Comunitário SUS

DESCRIMINAÇÃO DO QUADRO CLÍNICO:

História de acidente por queda de moto. Intensa
dor e edema da polpação em HTE, 2/3 inf. e
linhas axilares.

MEDICAÇÃO UTILIZADA E EXAMES COMPLEMENTARES:

Morfina + Cetorolona

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA:

Avulsão e contusão da litopédia
Alis: estomacal sem sinais de isquemia

MÉDICO QUE ACOMPANHARÁ: _____

MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO: _____

Dr. Marcelo Quedes Souza
CRMSE 2863

OBS: ENCAMINHAR FOTOCÓPIA DOS EXAMES REALIZADOS

UPA Poço Redondo
Unidade Hospitalar

30/06/2019
Local e Data

Dr. Marcelo Quedes Souza
CRMSE 2863
Ass. do Méc

59

08:30



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL-REI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ficha de Assistência à Saúde

Nº DE INSC.

82.100

DATA DE SAÚDE:

UPA 24h

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
DONA ZULMIRA SOARES

Emílio Martins da Silva

DATA

19.06.19

DATA DE NASCIMENTO:

59

SEXO

M

Maria Senhora Nascimento

Ana Patrícia

REFERÊNCIA:

QUADRO AUXILIAR ANAMNESE

ALERGIA

HANSFRIASE

PSICOPATIA

HEMORRAGIA

TUBERCULOSE

HEMOFILIA

TIPO SANGÜINIO

HIPERTENSÃO

ANAMNESE - EXAME - DIAGNÓSTICO - CONDUTAS

ASSINATURA

10.06.19 03:52 RA: 160 x 100 mmHg
Saturação: 95%

FC: 74 bpm

Paciente refere história de acidente por colisão moto-moto seguida de queda. Queixa de dor em região de linha-oxalosa de 2/3 inf de HTE. Nega outros queixas.

Do exame: lábios, pigmentado, eufórico, pupilas isocólicas e fotomédicas simétricas, Glasgow 15, reflexos múltiplos, 20 e 20 no 2º e 3º inf de HTE. AR: MVQ simétricas e normais, S2, auscultação de pulmões, auscultação do tórax. ND: Fratura de costelas?

Escrever.

Assinatura
Dr. Marcelo Mendes Souza
CRM 12345

Nome: _____

Relatório Médico

Sr. Eunima Martins da Silva foi atendida nesta unidade no dia 19/06/2019 apresentando história relatada de acidente por colisão de moto. Sendo confirmado, posteriormente, múltiplos fraturas de costelas à esquerda; foi tratado conservadoramente e apresentando evolução com sinais de dor aos movimentos de membros superiores. No momento encontra-se em alta definitiva. CID10: S22.4

Marcelo Guedes Souza
CRMSE 2963

Ass. e Carimbo / CRM

23/02/2019

Data



(/)



Buscar no site



A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para parecer final e o prazo final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190496391 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ERMINIO MARTINS DA SILVA

COBERTURA Invalidez


PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA

BENEFICIÁRIO ERMINIO MARTINS DA SILVA

CPF/CNPJ: 26608308515

Posição em 08-10-2019 09:10:20

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

| Histórico das correspondências enviadas | | |
|---|---------------------------------|---|
| Data da Carta | Referência | Ver Carta |
| 04/09/2019 | INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE |  (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/jmkr0AHI3DCD99D9GqrWcapi_key=tEbd5YBUJMu1XQVzIPQxcCsqKHWEQ5DvL4tIINjW2nA=) |

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT

<https://itunes.apple.com/us/app/seguero-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8><https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>

ACESSIBILIDADE

</Pages/Acessibilidade.aspx></Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx>

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)
 Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)
 Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)
 Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
 Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)



(<https://www.seguradoralider.com.br>)

(<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Seguro-DPVAT.aspx>)
 (https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Seguro-DPVAT.aspx)
 I%C3%ADder-
 dpvat)

Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)
- › Consumidor.gov (<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986001588

DATA:

15/10/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Autos à conclusão.
{Via Movimentação em Lote nº 201900380}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986001588

DATA:

15/10/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO R. Hoje, Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50. Nos termos do art. 3341, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 05/12/2019 às 09:30, no Fórum local. Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC). Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC). Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC). Poço Redondo/SE, 15 de outubro de 2019. DR. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA Juiz de Direito LW 1Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

 Designo o dia 05/12/2019 às 09h:30min para que seja realizada audiência Conciliação/Mediação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Redondo**

Nº Processo 201986001588 - Número Único: 0001594-35.2019.8.25.0059

Autor: ERMINIO MARTINS DA SILVA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

R. Hoje,

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50.

Nos termos do art. 334¹, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia **05/12/2019 às 09:30**, no Fórum local.

Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC).

Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC).

Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC.

Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (*art. 337, NCPC*), manifeste-se a parte autora em 15 (*quinze*) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (*art. 341 e art. 437, NCPC*).

Poço Redondo/SE, 15 de outubro de 2019.

DR. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA

Juiz de Direito

LW

1Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ARAUJO PORTELA, Juiz(a) de Poço Redondo**, em 15/10/2019, às 19:31:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002650728-09**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986001588

DATA:

17/10/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedi mandado de nº 201986005966 para SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986001588

DATA:

17/10/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201986005966 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Redondo
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Normal(Justiça Gratuita)



201986005966

PROCESSO: 201986001588 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0001594-35.2019.8.25.0059
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: ERMINIO MARTINS DA SILVA
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC). Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC). Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC). Poço Redondo/SE, 15 de outubro de 2019. DR. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA Juiz de Direito LW 1 Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Designo o dia 05/12/2019 às 09h:30min para que seja realizada audiência Conciliação/Mediação.

Data e horário da audiência: 05/12/2019 às 09:30:00, **Local:**

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência: Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74
Bairro: Centro
CEP: 20031205
Cidade: Rio de Janeiro - -

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência: Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA DIAS VIEIRA AZEVEDO**,
Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Redondo, em 17/10/2019,
às **13:48:31**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico
www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento
do número de consulta pública **2019002675789-66**.